



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13/2024 (PROCESSO Nº 116)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Marcus Jair Bandeira, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal 14.133/2021 e Lei Complementar 123/2006, além das demais disposições aplicáveis, inclusive a regulamentação municipal e condições estabelecida no Edital e seus anexos, torna público, para o conhecimento dos interessados, a realização de **Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fretamento estudantil intermunicipal para transporte dos alunos de Nova Ramada que frequentam a APAE de Ajuricaba**, descritos no Anexo I, sendo que a licitação é do tipo Menor Preço - Unitário por Item (km rodado), atendendo a solicitação da:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

1. DO LOCAL, DATA E HORA:

1.1. Local: plataforma eletrônica do site: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.1.1. Final de recebimento de propostas: 08 horas do dia 24/04/2024.

1.1.2. Abertura das propostas: 08 horas e 30 minutos do dia 24/04/2024.

1.1.3. Modo de Disputa: Aberto.

1.1.4. Diferença mínima entre lances: R\$ 0,01 (um centavo de real).

1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, até às **08 horas do dia 24 de abril de 2024**.

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO:

2.1. **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fretamento estudantil intermunicipal para transporte dos alunos de Nova Ramada que frequentam a APAE de Ajuricaba**, descritos no Anexo I – Modelo de Proposta

2.2. O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço - Unitário Por item, ou seja, por KM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. O orçamento da Administração não é sigiloso e foi elaborado com base no Decreto Municipal nº 4.569/2023, pela empresa **MAUSS CONSULTORIA EM GESTÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 07.368.332/0001-72, contratada pelo Município para essa finalidade.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

3. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. Os serviços deverão ser realizados por empresa especializada de fretamento estudantil intermunicipal por km/rodado para o deslocamento dos alunos de Nova Ramada que frequentam a APAE de Ajuricaba, conforme o roteiro de itinerário, em acordo com as legislações vigentes. O deslocamento acontecerá nas segundas, terças e quintas-feiras, atendendo alunos que frequentam Educação Especial (APAE). O veículo ofertado deverá ter a capacidade mínima de 20 passageiros sendo destinado a fretamento, **com idade máxima de 20 anos a contar da data de fabricação.**

3.2. Na contratação deverá ser observado o seguinte:

3.2.1. Seguir rigorosamente os itinerários, turnos e quilometragem contratada. Os roteiros especificados poderão sofrer alteração nas suas linhas, acrescentando ou suprimindo quilometragem, sendo que estas alterações serão objeto de acordo entre as partes, conforme o caso, tendo em consequência, o aumento ou diminuição do valor de cada linha, inclusive, com modificação de veículo ou criação de novo roteiro. Fica proibido à Contratada a executar percurso que ainda não foi realizado as alterações legais, sendo assim, só poderá executar após a assinatura do Termo Aditivo.

3.2.2. Os veículos deverão ser do tipo Micro Ônibus/ Vans (capacidade mínima de até 20 pessoas), ter autorização emitida pelo DETRAN, a qual deve ser afixada na parte interna, em local visível, com inscrição da lotação permitida (sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante). O veículo quando estiver realizando as viagens contratadas pelo Município somente deverá transportar, única e exclusivamente alunos ou acompanhantes autorizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

3.2.3. Para apuração dos preços a serem ofertados por km rodado o município disponibilizara planilha de custos para referência do preço máximo, deverá o Licitante levar em consideração, que o transporte de estudantes abrangerá todas as localidades descritas, independente da distância ou da qualidade das estradas, vedada, após a celebração do termo contratual qualquer reclamação incidente destes fatores, que objetivem solicitação de revisão dos mesmos. As despesas com combustíveis, motorista, taxas e vistorias, manutenção dos veículos (pneus, lubrificantes, limpeza, câmaras, serviço de freio, alinhamento, balanceamento, rolamento câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos e outros itens necessários a manutenção) serão de responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.

3.2.4. O motorista que irá dirigir o veículo deverá estar com sua Carteira de Habilitação, devidamente, dentro da validade e adequadas para a categoria do veículo que irão dirigir.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

3.2.5. O veículo que será utilizado para a prestação do serviço licitado, deverá atender obrigatoriamente todas as especificações constantes nas normas expedidas pelo CONTRAN/DENATRAN/DETRAN RS, além de serem registrados como veículos de passageiros e será inspecionado pelo Município, vedada qualquer justificativa em contrário, visando a verificação das conformidades dos equipamentos obrigatórios de segurança, mediante o que estabelece a legislação, além da verificação da parte mecânica, elétrica, chaparia, pintura e cronotacógrafo.

3.2.6. O veículo somente poderá trafegar na velocidade máxima permitida para a rodovia ou estrada (asfaltada ou não), conforme estabelece a legislação vigente.

3.2.7. Em caso de quebra, avaria, incidente, acidente do veículo e/ou motorista, ou qualquer outro motivo que contribua para a sua ausência, visando realizar o transporte dos alunos em roteiro, previamente especificado, ficará a contratada, obrigado a substituir imediatamente, a tempo de os estudantes ainda chegarem naquele turno, por veículo com as mesmas características do veículo original, avisar e remeter a Secretaria Municipal de Educação, todos os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado no transporte de estudantes e ou, motorista se for o caso.

3.2.8. O Município não se responsabilizará, por quaisquer danos materiais ou pessoais, para com os veículos e funcionários da empresa a ser contratada, bem como, a terceiros, em consequência de acidentes e incidentes de trânsito, assaltos, roubos, ou quaisquer outros fatos aqui não previstos que causem os referidos danos.

3.2.9. O veículo utilizado na realização dos serviços, poderá trafegar livremente, nos dias que não estará prestando serviços ao Município, sendo que, em caso de necessidade da utilização dos mesmos, para o objeto contratado por esta Administração, a empresa será avisada, com antecedência de 24 horas, antes da data solicitada.

3.2.10. A empresa vencedora deverá atender a todas as despesas decorrentes de assistência médica do seu pessoal, seguro contra acidente no trabalho e demais exigências das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, bem como, impostos, taxas, seguro dos veículos e quaisquer outros encargos fiscais, de ordem federal, estadual ou municipal, vigentes.

3.2.11. O veículo deverá estar equipado com tacógrafo, cintos de segurança em todos os assentos, extintores de incêndios, dispositivos para visão indireta, dianteira e traseira, tipo retrovisores, conforme o CONTRAN, ou outros dispositivos que mostrem o campo de visão indireta do condutor, bem como outros equipamentos exigidos legalmente. A contratação, bem como a prestação dos serviços, deverá obedecer ao que estabelece a Resolução Regimental de Transporte de Fretamento e Turismo Intermunicipal do Estado do Rio Grande do Sul nº 7727/2022 e demais legislações pertinentes.

3.2.12. O veículo (Van/ Microônibus) devem possuir o seguro obrigatório de transportador rodoviário de passageiros com instituição oficial conforme valores e normas do DAER.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

3.2.13. Durante todo o período de contratação, a empresa CONTRATADA deverá manter atualizada sua documentação e seus cadastros junto ao DAER/RS e ao Ministério do Turismo (Cadastur).

3.2.14. A contratada deve tratar com cortesia os alunos e o agente de fiscalização da contratante e manter o veículo em perfeitas condições de higienização e limpeza.

3.2.15. O condutor deverá realizar os serviços com hombridade, profissionalismo e com trajas adequados

3.2. DA FORMA DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATADO:

3.2.1 A fiscalização dos serviços prestados pela contratada será realizada pelo fiscal de contrato que será determinado pela Secretaria Municipal de Educação. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas conveniente. A Contratada deverá fornecer à Secretaria Municipal de Educação e ao Fiscal do Contrato quaisquer elementos que lhes forem solicitados, para fins de controle e fiscalização.

3.2.2. Após a assinatura do contrato a contratada terá **30 dias** para apresentar ao fiscal a lista de passageiros registrada junto ao DAER/RS.

3.2.3. A empresa deverá fornecer ao fiscal do contrato número de contato telefônico para fins de avisos e informações.

3.2.4. Para a renovação semestral do Laudo de vistoria que será fornecido a fiscalização o veículo será avaliado por engenheiro mecânico, na prestação de serviços conforme Artigo 136 do CBT - Código de trânsito Brasileiro, em acordo com a Portaria Detran/RS nº 54, de 22 de fevereiro de 2022, **deverá ser seguido o constante no Decreto Municipal nº 4.406, 19 de agosto de 2022 e eventuais alterações.**

3.2.5. Para a fiscalização do Contrato a empresa deverá apresentar **no último dia do mês** as Guias de INSS e FGTS quitadas com o relatório da GFIP e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (visando ao cumprimento do disposto no art. 195, § 3º, da Constituição Federal).

3.2.6. A Prestação de serviços de transporte de fretamento estudantil intermunicipal (por km/rodado) para o deslocamento dos alunos de Nova Ramada que frequentam a APAE de Ajuricaba acontecerá nas segundas, terças e quintas-feiras, sendo que o veículo ofertado deverá ter a capacidade mínima de 20 passageiros sendo destinado a fretamento, com idade máxima de 20 anos a contar da data de fabricação, devendo a empresa vencedora atender o seguinte **itinerário:**



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

3.2.7. LINHA 06 – Transporte APAE – Itinerário:

TURNO	TRAJETO	KM diários
1.2 Meio-Dia	Partida: Barro Preto – Saída da Escola de Ensino Estadual Doutor Roberto Löw > RS 539 até o entroncamento na Cotripal com Travessão do Gildo, embarca MIKAEL GOMES RODRIGUES(5,6 km) > em direção a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I, embarcam ANA CLÁUDIA DE SOUZA MARTINS e ANDRÉIA RODRIGUES DE MELO (6,6 KM) > Em direção ao Centro Administrativo ao lado do SICREDI, embarcam CRISTINA RIGOLI DA SILVA e MARISTELA PRETTO(8,7 KM) > Em direção ao Barro Preto até Parada do Zanetti, embarca TÂNIA MARIA ZANETTI(9,7 KM)> Parada do Tadinós, embarca JAIRO RODRIGO DE LIMA (10,6 KM) > Em direção ao Formigueiro até Mercado Matter, entra a esquerda em direção a Linha 24 até Parada Do Riewe, embarca LIDIANE RIEWE(17,5 Km) > em direção a Ajuricaba passando pela Linha 24 até Estrada Geral Ajuricaba Nova Ramada> Rua Combatentes da Ramada > Rua Brasília > Rua 20 de Setembro > Rua Henrique Shimaideke > Rua Luiz Fogliatto > APAE, Ajuricaba, RS (32,5 km).	32,5

1.3 Tarde	Retorno: Saída da Associação Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE , Rua Luiz Fogliatto, 15 Centro> em direção à Rua Brasília> Rua Combatentes Da Ramada > estrada geral Ajuricaba-Nova Ramada até a entrada para Linha 24> em direção a Formigueiro passando pela Linha 24> parada do Riwe, desembarca LIDIANE RIEWE (14,5 km)> segue até mercado Matter > estrada Geral Ajuricaba- Nova Ramada até parada do Tadinós, desembarca JAIRO RODRIGO DE LIMA (21,3 Km)> segue até parada do Zanetti, desembarca TÂNIA MARIA ZANETTI (22,2 Km) > em direção ao Centro Administrativo até a Parada do Ginásio, desembarca CRISTINA RIGOLI DA SILVA e MARISTELA PRETTO(23,2 Km)> em direção a Escola Dom Pedro I, desembarcam ANA CLÁUDIA DE SOUZA MARTINS e ANDRÉIA RODRIGUES DE MELO (25,3 Km)> segue pela RS 539 até a Parada da Cotripal, desembarca MIKAEL GOMES RODRIGUES(26,5 km) > retorna até a Escola Dr. Roberto Löw, Bairro Barro Preto(32,5 Km).	32,5
--------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------

Horário Escolar: Meio-Dia:11h30min-Tarde: 17h00min

Capacidade de passageiros: Veículo com capacidade mínima de 20 passageiros.

Km total diária: 65 km

OBS: Acima o novo itinerário dos serviços, sendo que o itinerário estabelecido pelo Decreto Executivo nº 3.294 de 15 de março de 2018, será revogado tão logo finalize o contrato em vigor.

3.3. Na prestação de serviços NÃO será permitida sub contratação.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no campo específico disponível na Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A resposta à **impugnação** ou ao **pedido de esclarecimento** será formalizada pelo Pregoeiro, e deverá ser divulgada em **sítio eletrônico oficial do Município** e no **Portal de Compras Públicas** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos termos do disposto no § único do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

4.2.1. A resposta à impugnação, de que trata o item 4.2, será formalizada pelo Pregoeiro o qual dará vistas a Autoridade Superior para providências, se necessário.

4.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos do § 1º do art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A impugnação, feita tempestivamente pelo licitante, não impedirá sua participação nesta licitação, até a decisão definitiva, bem como as impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

5. DO CREDENCIAMENTO:

5.1. O fornecedor deverá fazer seu cadastro no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, acessando o seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de **chave de identificação e de senha, pessoal** e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por **eventuais danos** decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.4. As licitantes que desejarem obter os **benefícios de preferência** concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, deverão **declarar**, em **CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA**, sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptas a usufruir o tratamento diferenciado estabelecido, nos termos dos artigos 43 a 49, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E OBSERVAÇÕES GERAIS:

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Portal de Compras Públicas.

6.2. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em **CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO**, que **está ciente e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação** definidos neste Edital. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

6.3. Os representantes de microempresas, empresas de pequeno porte, **deverão** declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s). A **ausência da declaração**, naquele momento, significará a desistência das microempresas ou empresas de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

6.4. Não poderão participar deste Pregão os licitantes e agentes públicos:

- a)** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b)** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- c)** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d)** Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;
- e)** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- f)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- g)** Empresas que se encontram em débitos com o Município de Nova Ramada.

6.5. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando incidirem em algum dos incisos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, desde que observadas as normas consignadas no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis, bem como os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a **moeda corrente nacional**.

6.8. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

6.9. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

6.10. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará **“SIM” ou “NÃO”** em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do **tratamento favorecido** estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

a1) Nos itens **exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” **impedirá o prosseguimento** no certame;

a2) Nos itens em que a participação **não for exclusiva** para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante **não ter direito ao tratamento favorecido** previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

c) Que atendem os requisitos para a habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei;

d) Que não possui, em sua cadeia produtiva, **empregados executando trabalho degradante ou forçado** observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (caso esteja dispensado deverá comprovar);

f) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL E DA INCLUSÃO NO SISTEMA OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico** a proposta com a **descrição do objeto ofertado e o preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de lançamento das propostas.

7.2. O envio da proposta, **ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.**

7.3. As microempresas e empresas de pequeno porte **deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista**, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

7.4. Incumbirá ao licitante **acompanhar** as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão **retirar ou substituir** a proposta anteriormente inseridas no sistema.

7.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:

7.8.1. Se os documentos de habilitação não estiverem completos, corretos e ou válidos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, e não puderem ser saneados, o pregoeiro reputará o licitante **INABILITADO**.

7.8.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

7.9. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

7.10. Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet terão sua validade verificada pelo pregoeiro no momento da habilitação.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência**, para complementação de informações, conforme estabelece o art. 64 da Lei Federal 14.133/2021.

7.12. Nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

7.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, solicitando que o mesmo envie as documentações via sistema (através do Portal de Compras Públicas) em até 2h (duas) horas contadas da solicitação.

8. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

8.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional, com duas casas após a vírgula;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

b) Fabricante e marca de cada item ofertado, **quando houver**;

c) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação descritas no Anexo I - Modelo Proposta;

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. As propostas econômicas devem compreender a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, **não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração**, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

9. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, **por meio de sistema eletrônico**, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas mínima exigidas no Anexo I – Modelo de Proposta, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Também será **desclassificada** a proposta que identifique o licitante.

9.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6. O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7. O sistema disponibilizará **campo próprio para troca de mensagens** entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.9. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

9.10. Os licitantes poderão **oferecer lances sucessivos**, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- 9.11.** O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior ao último** por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.12.** Será adotado o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13.** Aberta etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.
- 9.14.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.
- 9.15.** Será permitido aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.
- 9.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.
- 9.17.** Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.
- 9.18.** No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.19.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos licitantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.20.** No caso de desconexão da licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.
- 9.21.** A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.22.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 9.23.** Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 9.24.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução de um melhor preço, mediante justificativa.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- 9.25.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor inicial de sua proposta.
- 9.26.** Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 9.27.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 9.28.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.
- 9.29.** As propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.30.** Caso a microempresa, a empresa de pequeno e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.
- 9.31.** No caso de **equivalência dos valores** apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado **sorteio entre elas** para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.32.** Em caso de **empate entre duas ou mais propostas**, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 9.32.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 9.32.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes.
- 9.32.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento, quando houver.
- 9.32.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.32.5.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.32.5.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

9.32.5.2. Empresas brasileiras.

9.32.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

9.32.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.33. Encerrada a fase de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

9.34. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.35. Caso não exista possibilidade de negociação, via manifestação formal no chat, pelo fornecedor melhor classificado, **o prazo de negociação poderá ser reduzido.**

9.36. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.37. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas** e no prazo máximo estipulado pelo Pregoeiro, envie a **PROPOSTA ADEQUADA** (devidamente assinada e através do Portal de Compras Públicas) **ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.38. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a **fase de aceitação e julgamento da proposta.**

10. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável, que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

10.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso do Pregoeiro no chat.

10.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo estipulado pelo pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

10.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, caso esse entenda pela necessidade de concessão maior de prazo para envio dos documentos.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

10.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6. A Administração poderá solicitar, quando julgar necessário, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

10.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade do certame.

10.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro **verificará a habilitação do licitante**, observado o disposto neste Edital.

10.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro **verificará a habilitação do licitante, solicitando que o mesmo envie as documentações via sistema (através do Portal de Compras Públicas) em até 2h (duas) horas contadas da solicitação, podendo ser prorrogado a critério do pregoeiro.**

11. HABILITAÇÃO:

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas e ainda aos seguintes cadastros:



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

11.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (ceiscadastro.cgu.gov.br) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (portal.datransparencia.gov.br).

11.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br).

11.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (contas.tcu.gov.br).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.3.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.4. Caso atendidas as condições de participação, **a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

11.4.1. É dever do licitante **atualizar previamente as comprovações** constantes do Portal de Compras Públicas, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

11.5. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

11.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

11.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.8. Não serão aceitos documentos de habilitação **com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.**

11.9. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em **nome da matriz**, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em **nome da filial**, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao **CND e ao CRF/FGTS**, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

11.11. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.12. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.13. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- d)** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e)** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f)** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- g)** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.14. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- d)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e)** Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f)** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- g)** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- h)** Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998.

11.14.1. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.15. HABILITAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA:



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

11.16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL:

11.16.1. Certidão de Registro no RECEFITUR (Detran/RS) emitido pelo DAER RS, válido e vigente, comprovando ser a licitante pessoa jurídica legalmente constituída para o exercício de atividade econômica de transporte de pessoas e devidamente cadastrada no CADASTUR/Ministério do Turismo.

11.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o **licitante será declarado vencedor.**

12. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor será encaminhada no sistema eletrônico no prazo de **02 (duas) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado ou reduzido de acordo com o Pregoeiro, e deverá:

a) Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

b) Conter a indicação do **banco, número da conta e agência** do licitante vencedor, para fins de pagamento.

c) Fornecer a Planilha de Custos de Composição do valor do km, devidamente preenchida e assinada, nos moldes do Anexo IV do Edital.

c.1) A empresa deverá incluir em sua planilha de custos, os enquadramentos tributários, trabalhistas e previdenciários, de acordo com a realidade tributária e funcional de seu quadro de funcionários. A planilha de custos disponibilizada pelo Município, é apenas um MODELO REFERENCIAL, e que impõe um limite máximo de valores para a proposta apresentada. Destaca-se, que cada empresa possui a sua realidade tributária e funcional, o Município não tem como prever todas as possibilidades de enquadramento funcionais, que são baseadas em acordos sindicais e na legislação trabalhista como um todo. Além disso, para cada cargo ou ambiente



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

de trabalho funcional, alteram-se as condições e enquadramentos, como por exemplo: de insalubridade e EPI (depende do laudo de condições ambientais de trabalho para cada cargo e para cada local de trabalho); Situação de enquadramento tributária e previdenciária (se a empresa é optante pelo simples nacional, lucro presumido ou lucro real); Por fim, as condições e regras de trabalho também são disciplinadas pelos acordos coletivos de trabalho, os quais, a empresa deve observar. Portanto, baseado nestes aspectos, cabe a empresa identificar quais os enquadramentos trabalhistas e tributários corretos para a situação licitada. Ao final do pleito licitatório, ou mesmo, no decorrer da execução contratual, se o município verificar, por meio de recursos à licitação ou denúncias recebidas durante a execução contratual, que no momento da elaboração da proposta e da planilha de custos final, a empresa apresentou um item de custos (na planilha de custos final) diferente do que é exigido na convenção coletiva sindical ou em qualquer legislação trabalhista, visando reduzir o valor de sua proposta financeira, o município poderá considerar tal fato, como uso de má fé por parte da empresa. Assim, com esta prova de má fé por parte do licitante, o município poderá desabilitar a empresa durante o processo licitatório, ou mesmo, rescindir o contrato em vigor, pelo bem do serviço público.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.

12.4. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos, e o valor global em algarismos e por extenso.

12.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DO RECURSO:

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, se for o



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

caso, **deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.**

13.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros 3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3. O recurso/contrarrazões será(ão) analisado(s) pelo Pregoeiro, o **qual formalizará decisão administrativa.**

13.3.1. Havendo dúvida jurídica formalizada por esse, com indicação expressa do artigo legal que suscitou a dúvida, o processo poderá ser remetido à assessoria jurídica, que se limitará a analisar a aplicabilidade do dispositivo legal mencionado.

13.4. Da mesma forma, havendo dúvida quanto aos requisitos técnicos, e desde que motivado pelo Pregoeiro, poderá ser encaminhado ao setor requisitante para juntada de informações.

13.5. A decisão final do recurso/contrarrazões será formalizada pelo Pregoeiro

13.5.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (Pregoeiro), que se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

13.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar e Homologar a licitação.

15.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.4. O Município poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

15.4.1. A anulação da licitação torna sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.

16. CONTRATO:

16.1. Homologado o procedimento licitatório, o Município convocará a licitante vencedora para assinar o contrato. A mesma deverá firmar a contratação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

a) O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação expressa do licitante, contendo a exposição circunstanciada do motivo.

b) O contrato a ser assinado terá como base a minuta de contrato (anexo II do presente edital) e dele faz parte integrante.

16.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, ou não aceitar retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.3. Como condição para a sua contratação a licitante vencedora deverá **manter as condições de habilitação** previstas no presente edital, prestar as informações solicitadas pelo Município, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes desta Licitação.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

16.4. Para assinatura do contrato a vencedora deverá apresentar a seguinte documentação:

16.4.1. DO VEÍCULO:

- a) Certidão de Registro no RECEFATUR (Detran/RS);
- b) Certificado do CADASTUR/Ministério do Turismo;
- c) Laudo de vistoria do veículo elaborado por engenheiro mecânico (prestação de serviços conforme Artigo 136 do CBT - Código de trânsito Brasileiro, em acordo com a Portaria Detran/RS nº 54, de 22 de fevereiro de 2022;
- d) Comprovante do seguro obrigatório DPVAT;
- e) Certificado de propriedade do veículo a ser utilizado no serviço ou, no caso de veículo locado, contrato de locação registrado em cartório;
- f) Certificado de registro e licenciamento do veículo (CRLV) a ser utilizado no serviço Art 124, 131 vigente;
- g) Autorização para transporte emitida pelo DETRAN;
- h) Certificado do Cronotacógrafo de verificação pelo INMETRO;
- i) Comprovante de pagamento IPVA-Resoluções CONTRAN 13/98, I e 061/98 ou apresentação de documento de isenção (quando o veículo for exclusivo para transporte escolar) conforme § 11 do artigo 4º do RPIVA e Art 136 do CTB lei nº 9.503/97.

16.4.2. DO CONDUTOR DO VEÍCULO:

- a) Comprovação de ter idade superior a vinte e um anos- CTB. Art 138, I;
- b) Apresentação de comprovação de realização de curso especializado de condução de transporte coletivo, nos termos do CONTRAN- CTB. Art 138, V e 145, IV;
- c) Apresentação de comprovação de não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses, expedida pelo DETRAN;
- d) Folha corrida de antecedentes criminais;
- e) Apresentar prova de vínculo dos motoristas com a empresa licitante. No caso de empregado – anexar cópia autenticada da CTPS; no caso de sócio – anexar cópia do Contrato Social e alterações; no caso de contratado – anexar cópia autenticada do Contrato;
- f) Carteira Nacional de Habilitação, categoria D e ou E- CTB. Art 138, II e 143, V.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a)** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- c) Dar causa à inexecução total do contrato.
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- l) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 17.1 deste edital as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) Advertência;
- b) Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 17.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

17.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 17.2 do presente Edital.

17.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.6. A aplicação das sanções previstas no item 17.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

17.7. Na aplicação da sanção prevista no item 17.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

17.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 17.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

17.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

17.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) Pagamento da multa;

c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

17.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “g” e “j” do item 17.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

18. DO PAGAMENTO:

18.1. O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia 10 do mês posterior a efetivação dos serviços, a contar da entrega da nota fiscal (na nota fiscal deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Contrato e a placa do veículo) a nota fiscal deverá ser entregue a Secretária da Fazenda (**sob responsabilidade da Contratada**) para fins da efetivação do pagamento já autorizado pela Secretaria de Educação.

18.2. A empresa contratada somente poderá emitir a Nota Fiscal referente ao mês dos serviços prestados após entregar a Secretaria Municipal de Educação o diário de bordo com a assinatura de um membro da equipe diretiva da APAE para fins de atestar a prestação dos serviços, especificando o número de viagens, conforme o número de dias letivos do mês e a km efetivamente realizada, documento que deverá ser conferido pela Secretaria Municipal de Educação, condição básica para que seja solicitado pagamento junto à Secretaria Municipal da Fazenda. **O documento deverá ser entregue preenchido sobre a responsabilidade da Contratada no último dia útil do mês (Relatório – modelo controle mensal Anexo V).**

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.7. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.7.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.9. A íntegra do Edital está disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br ou www.novaramada.rs.gov.br, bem como poderão ser lidos e/ou obtidos na Prefeitura Municipal de Nova Ramada, junto ao setor de Licitações e ou diretamente com o Pregoeiro no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, localizado no prédio do centro administrativo, na Avenida Gustavo König, 95, telefone (55) 99975-7098.

19.10. As despesas, referente às aquisições correrão por conta da seguinte dotação:

06	SEC.MUN.DE EDUCAÇÃO, CULT.,DESP.E TURISMO
2	88 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ESPE
339039320000	TRANSPORTE ESCOLAR

19.11. Fazem parte integrantes deste Edital:

- a) Anexo I – Modelo Proposta de Preços;
- b) Anexo II – Minuta de Contato;
- c) Anexo III – Termos de Referência;
- d) Anexo IV – Modelo Planilha de Custos;
- e) Anexo V - Modelo Controle Mensal;
- f) Anexo VI – Mapa do Itinerário.

19.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Ijuí/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Ramada (RS), 08 de abril de 2024.

Marcus Jair Bandeira
Prefeito

Taciana Rubia Stefani
Setor de Licitações

APROVO:

Tatiana Raquel Dallabrida
OAB/RS 091.391-7- Assessora Jurídica



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

ANEXO II

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°./2024

MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO

“Contrato firmado entre o Município de Nova Ramada e a empresa....., .”

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n°. 01.611.828/0001-49, com sede na Avenida Gustavo König, 95, no Centro Administrativo, município de Nova Ramada/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MARCUS JAIR BANDEIRA**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob n°. 610.481.350-04, residente e domiciliado em Barro Preto na cidade de Nova Ramada/RS;

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ sob n°, com sede na, na cidade de/....., representada neste ato pelo, Sr., inscrito no CPF sob o n°, brasileiro,,, residente e domiciliado na cidade de/.....

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato Administrativo, considerando os expedientes constantes do processo Pregão Eletrônico n°.12 /2024 – Processo 98, que regerá pelas cláusulas e condições aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n° 14.133/2021, inclusive nos casos omissos, suas alterações posteriores, legislação municipal e demais dispositivos legais aplicáveis.

DO OBJETO

Cláusula 1ª. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fretamento estudantil intermunicipal para transporte dos alunos de Nova Ramada que frequentam a APAE de Ajuricaba, conforme Pregão Eletrônico n°. 12/2024 – Processo 98.

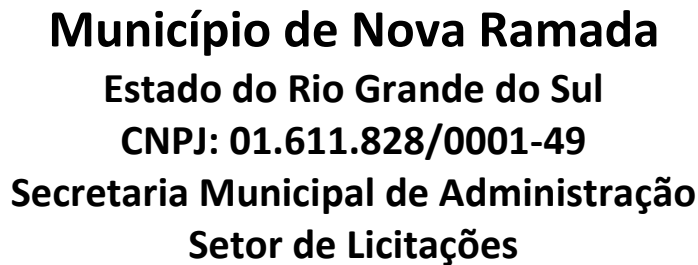
DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

Cláusula 2ª. O CONTRATANTE deverá:

Parágrafo primeiro. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços, em conformidade com a Cláusula 6ª;

Parágrafo segundo. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

Parágrafo terceiro. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento dos serviços não observar a forma estipulada na contratação e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;





Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

percurso que ainda não foi realizado as alterações legais, sendo assim, só poderá executar após a assinatura do Termo Aditivo.

b) Os veículos deverão ser do tipo Micro Ônibus/ Vans (capacidade mínima de até 20 pessoas), ter autorização emitida pelo DETRAN, a qual deve ser afixada na parte interna, em local visível, com inscrição da lotação permitida (sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante). O veículo quando estiver realizando as viagens contratadas pelo Município somente deverá transportar, única e exclusivamente alunos ou acompanhantes autorizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

c) Para apuração dos preços a serem ofertados por km rodado o município disponibilizara planilha de custos para referência do preço máximo, deverá o Licitante levar em consideração, que o transporte de estudantes abrangerá todas as localidades descritas, independente da distância ou da qualidade das estradas, vedada, após a celebração do termo contratual qualquer reclamação incidente destes fatores, que objetivem solicitação de revisão dos mesmos. As despesas com combustíveis, motorista, taxas e vistorias, manutenção dos veículos (pneus, lubrificantes, limpeza, câmaras, serviço de freio, alinhamento, balanceamento, rolamento câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos e outros itens necessários a manutenção) serão de responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.

d) O motorista que irá dirigir o veículo deverá estar com sua Carteira de Habilitação, devidamente, dentro da validade e adequadas para a categoria do veículo que irão dirigir.

e) O veículo que será utilizado para a prestação do serviço licitado, deverá atender obrigatoriamente todas as especificações constantes nas normas expedidas pelo CONTRAN/DENATRAN/DETRAN RS, além de serem registrados como veículos de passageiros e será inspecionado pelo Município, vedada qualquer justificativa em contrário, visando a verificação das conformidades dos equipamentos obrigatórios de segurança, mediante o que estabelece a legislação, além da verificação da parte mecânica, elétrica, chaparia, pintura e cronotacógrafo.

f) O veículo somente poderá trafegar na velocidade máxima permitida para a rodovia ou estrada (asfaltada ou não), conforme estabelece a legislação vigente.

g) Em caso de quebra, avaria, incidente, acidente do veículo e/ou motorista, ou qualquer outro motivo que contribua para a sua ausência, visando realizar o transporte dos alunos em roteiro, previamente especificado, ficará a contratada, obrigado a substituir imediatamente, a tempo de os estudantes ainda chegarem naquele turno, por veículo com as mesmas características do veículo original, avisar e remeter a Secretaria Municipal de Educação, todos os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado no transporte de estudantes e ou, motorista se for o caso.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- h)** O Município não se responsabilizará, por quaisquer danos materiais ou pessoais, para com os veículos e funcionários da empresa a ser contratada, bem como, a terceiros, em consequência de acidentes e incidentes de trânsito, assaltos, roubos, ou quaisquer outros fatos aqui não previstos que causem os referidos danos.
- i)** O veículo utilizado na realização dos serviços, poderá trafegar livremente, nos dias que não estará prestando serviços ao Município, sendo que, em caso de necessidade da utilização dos mesmos, para o objeto contratado por esta Administração, a empresa será avisada, com antecedência de 24 horas, antes da data solicitada.
- j)** A empresa vencedora deverá atender a todas as despesas decorrentes de assistência médica do seu pessoal, seguro contra acidente no trabalho e demais exigências das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, bem como, impostos, taxas, seguro dos veículos e quaisquer outros encargos fiscais, de ordem federal, estadual ou municipal, vigentes.
- l)** O veículo deverá estar equipado com tacógrafo, cintos de segurança em todos os assentos, extintores de incêndios, dispositivos para visão indireta, dianteira e traseira, tipo retrovisores, conforme o CONTRAN, ou outros dispositivos que mostrem o campo de visão indireta do condutor, bem como outros equipamentos exigidos legalmente. A contratação, bem como a prestação dos serviços, deverá obedecer ao que estabelece a Resolução Regimental de Transporte de Fretamento e Turismo Intermunicipal do Estado do Rio Grande do Sul nº 7727/2022 e demais legislações pertinentes.
- m)** O veículo (Van/ Microônibus) devem possuir o seguro obrigatório de transportador rodoviário de passageiros com instituição oficial conforme valores e normas do DAER.
- n)** Durante todo o período de contratação, a empresa CONTRATADA deverá manter atualizada sua documentação e seus cadastros junto ao DAER/RS e ao Ministério do Turismo (Cadastur).
- o)** A contratada deve tratar com cortesia os alunos e o agente de fiscalização da contratante e manter o veículo em perfeitas condições de higienização e limpeza.
- p)** O condutor deverá realizar os serviços com hombridade, profissionalismo e com trajas adequados

Parágrafo segundo. DA FORMA DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATADO:

- a)** A fiscalização dos serviços prestados pela contratada será realizada pelo fiscal de contrato que será determinado pela Secretaria Municipal de Educação. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas conveniente. A Contratada deverá fornecer à Secretaria Municipal de



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Educação e ao Fiscal do Contrato quaisquer elementos que lhes forem solicitados, para fins de controle e fiscalização.

b) Após a assinatura do contrato a contratada terá **30 dias** para apresentar ao fiscal a lista de passageiros registrada junto ao DAER/RS.

c) A empresa deverá fornecer ao fiscal do contrato número de contato telefônico, para fins de avisos e informações.

d) Para a renovação semestral do Laudo de vistoria que será fornecido a fiscalização o veículo será avaliado por engenheiro mecânico, na prestação de serviços conforme Artigo 136 do CBT - Código de trânsito Brasileiro, em acordo com a Portaria Detran/RS nº 54, de 22 de fevereiro de 2022, **deverá ser seguido o constante no Decreto Municipal nº 4.406, 19 de agosto de 2022 e eventuais alterações.**

e) Para a fiscalização do Contrato a empresa deverá apresentar no último dia do mês as Guias de INSS e FGTS quitadas com o relatório da GFIP e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (visando ao cumprimento do disposto no art. 195, § 3º, da Constituição Federal).

f) A Prestação de serviços de transporte de fretamento estudantil intermunicipal (por km/rodado) para o deslocamento dos alunos de Nova Ramada que frequentam a APAE de Ajuricaba acontecerá nas segundas, terças e quintas-feiras, sendo que o veículo ofertado deverá ter a capacidade mínima de 20 passageiros sendo destinado a fretamento, com idade máxima de 20 anos a contar da data de fabricação, devendo a empresa vencedora atender o seguinte **itinerário:**

g) LINHA 06 – Transporte APAE – Itinerário:

TURNO	TRAJETO	KM diários
1.2 Meio-Dia	Partida: Barro Preto – Saída da Escola de Ensino Estadual Doutor Roberto Löw > RS 539 até o entroncamento na Cotripal com Travessão do Gildo , embarca MIKAEL GOMES RODRIGUES(5,6 km) > em direção a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I, embarcam ANA CLÁUDIA DE SOUZA MARTINS e ANDRÉIA RODRIGUES DE MELO (6,6 KM) > Em direção ao Centro Administrativo ao lado do SICREDI, embarcam CRISTINA RIGOLI DA SILVA e MARISTELA PRETTO(8,7 KM) > Em direção ao Barro Preto até Parada do Zanetti, embarca TÂNIA MARIA ZANETTI(9,7 KM)> Parada do Tadinós, embarca JAIRO RODRIGO DE LIMA (10,6 KM) > Em direção ao Formigueiro até Mercado Matter, entra a esquerda em direção a Linha 24 até Parada Do Riewe, embarca LIDIANE RIEWE(17,5 Km) > em direção a Ajuricaba passando pela Linha 24 até Estrada Geral Ajuricaba Nova Ramada> Rua Combatentes da Ramada > Rua Brasília > Rua 20 de Setembro > Rua Henrique Shimaideke > Rua Luiz Fogliato > APAE, Ajuricaba, RS (32,5 km).	32,5



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

1.3 Tarde	Retorno: Saída da Associação Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE , Rua Luiz Fogliatto, 15 Centro> em direção à Rua Brasília> Rua Combatentes Da Ramada > estrada geral Ajuricaba-Nova Ramada até a entrada para Linha 24> em direção a Formigueiro passando pela Linha 24> parada do Riwe, desembarca LIDIANE RIEWE (14,5 km)> segue até mercado Matter > estrada Geral Ajuricaba- Nova Ramada até parada do Tadinos, desembarca JAIRO RODRIGO DE LIMA (21,3 Km)> segue até parada do Zanetti, desembarca TÂNIA MARIA ZANETTI (22,2 Km) > em direção ao Centro Administrativo até a Parada do Ginásio, desembarca CRISTINA RIGOLI DA SILVA e MARISTELA PRETTO(23,2 Km)> em direção a Escola Dom Pedro I, desembarcam ANA CLÁUDIA DE SOUZA MARTINS e ANDRÉIA RODRIGUES DE MELO (25,3 Km)> segue pela RS 539 até a Parada da Cotripal, desembarca MIKAEL GOMES RODRIGUES(26,5 km) > retorna até a Escola Dr. Roberto Löw, Bairro Barro Preto(32,5 Km).	32,5
--------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------

Horário Escolar: Meio-Dia: 11h30min-Tarde: 17h00min

Capacidade de passageiros: Veículo com capacidade mínima de 20 passageiros.

Km total diária: 65 km

OBS: Acima o novo itinerário dos serviços, sendo que o itinerário estabelecido pelo Decreto Executivo nº 3.294 de 15 de março de 2018, será revogado tão logo finalize o contrato em vigor.

Parágrafo Terceiro. Na prestação de serviços **NÃO** será permitida sub contratação.

DO PAGAMENTO

Cláusula 6ª. O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia 10 do mês posterior a efetivação dos serviços, a contar da entrega da nota fiscal (na nota fiscal deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Contrato e a placa do veículo) a nota fiscal deverá ser entregue a Secretária da Fazenda (**sob responsabilidade da Contratada**) para fins da efetivação do pagamento já autorizado pela Secretaria de Educação.

Parágrafo único. A empresa contratada somente poderá emitir a Nota Fiscal referente ao mês dos serviços prestados após entregar a Secretaria Municipal de Educação o diário de bordo com a assinatura de um membro da equipe diretiva da APAE para fins de atestar a prestação dos serviços, especificando o número de viagens, conforme o número de dias letivos do mês e a km efetivamente realizada, documento que deverá ser conferido pela Secretaria Municipal de Educação, condição básica para que seja solicitado pagamento junto à Secretaria Municipal da Fazenda. **O documento deverá ser entregue preenchido sobre a responsabilidade da Contratada no último dia útil do mês (Relatório – modelo controle mensal Anexo V).**

DA VIGÊNCIA

Cláusula 7ª. O Contrato entra em vigor em e terá seu vencimento em

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula 8ª. As despesas referentes ao presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

06 SEC.MUN.DE EDUCAÇÃO, CULT., DESP.E TURISMO
2 88 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ESPE
339039320000 TRANSPORTE ESCOLAR

DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Cláusula 9ª. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

Parágrafo primeiro. Os preços poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação dos custos, mediante comprovação com documento hábil demonstrando o efetivo aumento e/ou diminuição no valor contratado, hipótese em que haverá a recomposição do preço, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da contratação. O pedido de reequilíbrio financeiro/econômico, além de vir acompanhado por justificativa plausível, deve ter anexado os seguintes documentos mínimos:

- a) Nota fiscal de aquisição/serviço, comprovando o preço de compra na época do certame;
- b) Nota fiscal aquisição/serviço, atual ao pedido de reequilíbrio;
- c) Tabela do custo do KM rodado vigente devidamente assinada;
- d) Tabela de custo do Km rodado atualizada ao pedido do reequilíbrio devidamente assinada;
- e) Demais comprovantes que comprovem o aumento de preço, se for o caso.

Parágrafo segundo. A contratada deverá requerer reequilíbrio mesmo quando **Negativo** (quando houver redução de preços que compõe o valor do km). Caso o Município verifique essa diminuição, sem que a contratada tenha solicitado, notificará a empresa para a apresentação da nova planilha de custos de redução do km rodado. O não cumprimento desta obrigação **poderá gerar sanção** por descumprimento do contrato.

Parágrafo terceiro. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

Parágrafo quarto. A contratada deverá protocolar a solicitação de reequilíbrio junto ao Setor de Protocolo do Município, o qual será encaminhado para o responsável pela Gestão do Contrato, para as devidas providências.

DO REAJUSTE

Cláusula 10. Transcorrido o período de 12 (doze) meses, a contar do mês do orçamento estimado de preços (constante no Termo de Referência) a CONTRATADA adquire o direito a ter seus preços reajustados anualmente, através do índice constante no código tributário municipal ou outro que vier a substituí-lo, correspondente à variação no período.

DA REPACTUAÇÃO

Cláusula 11. Para formalização da repactuação a CONTRATADA deverá realizar solicitação formal, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, a qual será realizada nos termos do art. 135 da Lei Federal 14.133/2021.

Parágrafo único. A contratada deverá protocolar a solicitação de repactuação, devidamente comprovado, junto ao Setor de Protocolo do Município, o qual será encaminhado para o responsável pela Gestão do Contrato, para as devidas providências

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 12. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos artigos 137, 138 e/ou 139 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 13. Ficam fixadas os seguintes sanções:

Parágrafo primeiro. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- h) comportar-se de modo inidôneo ou comentar fraude de qualquer natureza durante a execução do contrato.

Parágrafo segundo. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na **Cláusula 13ª - parágrafo primeiro**, deste Contrato as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Parágrafo segundo. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” da **cláusula 13ª - parágrafo segundo** deste Contrato poderá ser aplicado cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo parágrafo.

Parágrafo terceiro. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no Parágrafo segundo deste Contrato.

Parágrafo quarto. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo quinto. A aplicação das sanções previstas na **cláusula 13ª - parágrafo segundo** deste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo sexto. Na aplicação da sanção prevista na **cláusula 13ª - parágrafo segundo** da alínea “b”, do presente Contrato, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Parágrafo sétimo. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” da **cláusula 13ª - parágrafo segundo** do presente Contrato o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Parágrafo oitavo. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo nono. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Parágrafo décimo. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo décimo primeiro. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo décimo segundo. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “e” e “g” da **cláusula 13ª - parágrafo primeiro** deste Contrato exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Cláusula 14. A gestão do contrato será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023, já a fiscalização dos serviços e do contrato será realizada por servidor da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo a ser designado através de Portaria.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 15. As eventuais omissões desse contrato serão resolvidas pelas disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

DO FORO

Cláusula 16. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Ijuí/RS, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma.

Aprovo:

Tatiana Raquel Dallabrida
OAB/RS 091.391 - Assessora Jurídica



Município de Nova Ramada-RS
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

ANEXO I – MODELO PROPOSTA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024 – PROCESSO Nº 116

1.DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fretamento estudantil intermunicipal para transporte dos alunos de Nova Ramada que frequentam a APAE de Ajuricaba, conforme especificações abaixo:

Código	Lote	Item	Quant	Und	Especificação	Valor Unitário Máximo a ser pago por Km
13419	1	1	8.063	km	Serviços de transporte para fretamento estudantil – Linha 06	R\$ 13,19

Total Geral: 106.350,97

OBSERVAÇÃO: A quantidade 8.063 km é para o período de um ano, podendo ser renovado até no máximo 120 meses. Para o exercício de 2024 o período estimado de contratação será a partir de maio

2. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. Os serviços deverão ser realizados por empresa especializada de fretamento estudantil intermunicipal por km/rodado para o deslocamento dos alunos de Nova Ramada que frequentam a APAE de Ajuricaba, conforme o roteiro de itinerário, em acordo com as legislações vigentes. O deslocamento acontecerá nas segundas, terças e quintas-feiras, atendendo alunos que frequentam Educação Especial (APAE). O veículo ofertado deverá ter a capacidade mínima de 20 passageiros sendo destinado a fretamento, **com idade máxima de 20 anos a contar da data de fabricação.**

2.2. Na contratação deverá ser observado o seguinte:

2.2.1. Seguir rigorosamente os itinerários, turnos e quilometragem contratada. Os roteiros especificados poderão sofrer alteração nas suas linhas, acrescentando ou suprimindo quilometragem, sendo que estas alterações serão objeto de acordo entre as partes, conforme o caso, tendo em consequência, o aumento ou diminuição



Município de Nova Ramada-RS
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

do valor de cada linha, inclusive, com modificação de veículo ou criação de novo roteiro. Fica proibido à Contratada a executar percurso que ainda não foi realizado as alterações legais, sendo assim, só poderá executar após a assinatura do Termo Aditivo.

2.2.2. Os veículos deverão ser do tipo Micro Ônibus/ Vans (capacidade mínima de até 20 pessoas), ter autorização emitida pelo DETRAN, a qual deve ser afixada na parte interna, em local visível, com inscrição da lotação permitida (sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante). O veículo quando estiver realizando as viagens contratadas pelo Município somente deverá transportar, única e exclusivamente alunos ou acompanhantes autorizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

2.2.3. Para apuração dos preços a serem ofertados por km rodado o município disponibilizará planilha de custos para referência do preço máximo, deverá o Licitante levar em consideração, que o transporte de estudantes abrangerá todas as localidades descritas, independente da distância ou da qualidade das estradas, vedada, após a celebração do termo contratual qualquer reclamação incidente destes fatores, que objetivem solicitação de revisão dos mesmos. As despesas com combustíveis, motorista, taxas e vistorias, manutenção dos veículos (pneus, lubrificantes, limpeza, câmaras, serviço de freio, alinhamento, balanceamento, rolamento câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos e outros itens necessários a manutenção) serão de responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.

2.2.4. O motorista que irá dirigir o veículo deverá estar com sua Carteira de Habilitação, devidamente, dentro da validade e adequadas para a categoria do veículo que irão dirigir.

2.2.5. O veículo que será utilizado para a prestação do serviço licitado, deverá atender obrigatoriamente todas as especificações constantes nas normas expedidas pelo CONTRAN/DENATRAN/DETRAN RS, além de serem registrados como veículos de passageiros e será inspecionado pelo Município, vedada qualquer



Município de Nova Ramada-RS
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

justificativa em contrário, visando a verificação das conformidades dos equipamentos obrigatórios de segurança, mediante o que estabelece a legislação, além da verificação da parte mecânica, elétrica, chaparia, pintura e cronotacógrafo.

2.2.6. O veículo somente poderá trafegar na velocidade máxima permitida para a rodovia ou estrada (asfaltada ou não), conforme estabelece a legislação vigente.

2.2.7. Em caso de quebra, avaria, incidente, acidente do veículo e/ou motorista, ou qualquer outro motivo que contribua para a sua ausência, visando realizar o transporte dos alunos em roteiro, previamente especificado, ficará a contratada, obrigado a substituir imediatamente, a tempo de os estudantes ainda chegarem naquele turno, por veículo com as mesmas características do veículo original, avisar e remeter a Secretaria Municipal de Educação, todos os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado no transporte de estudantes e ou, motorista se for o caso.

2.2.8. O Município não se responsabilizará, por quaisquer danos materiais ou pessoais, para com os veículos e funcionários da empresa a ser contratada, bem como, a terceiros, em consequência de acidentes e incidentes de trânsito, assaltos, roubos, ou quaisquer outros fatos aqui não previstos que causem os referidos danos.

2.2.9. O veículo utilizado na realização dos serviços, poderá trafegar livremente, nos dias que não estará prestando serviços ao Município, sendo que, em caso de necessidade da utilização dos mesmos, para o objeto contratado por esta Administração, a empresa será avisada, com antecedência de 24 horas, antes da data solicitada.

2.2.10. A empresa vencedora deverá atender a todas as despesas decorrentes de assistência médica do seu pessoal, seguro contra acidente no trabalho e demais exigências das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, bem como, impostos, taxas, seguro dos veículos e quaisquer outros encargos fiscais, de ordem federal, estadual ou municipal, vigentes.



Município de Nova Ramada-RS
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

2.2.11. O veículo deverá estar equipado com tacógrafo, cintos de segurança em todos os assentos, extintores de incêndios, dispositivos para visão indireta, dianteira e traseira, tipo retrovisores, conforme o CONTRAN, ou outros dispositivos que mostrem o campo de visão indireta do condutor, bem como outros equipamentos exigidos legalmente. A contratação, bem como a prestação dos serviços, deverá obedecer ao que estabelece a Resolução Regimental de Transporte de Fretamento e Turismo Intermunicipal do Estado do Rio Grande do Sul nº 7727/2022 e demais legislações pertinentes.

2.2.12. O veículo (Van/ Microônibus) devem possuir o seguro obrigatório de transportador rodoviário de passageiros com instituição oficial conforme valores e normas do DAER.

2.2.13. Durante todo o período de contratação, a empresa CONTRATADA deverá manter atualizada sua documentação e seus cadastros junto ao DAER/RS e ao Ministério do Turismo (Cadastur).

2.2.14. A contratada deve tratar com cortesia os alunos e o agente de fiscalização da contratante e manter o veículo em perfeitas condições de higienização e limpeza.

2.2.15. O condutor deverá realizar os serviços com hombridade, profissionalismo e com trajes adequados

2.3. DA FORMA DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATADO:

2.3.1 A fiscalização dos serviços prestados pela contratada será realizada pelo fiscal de contrato que será determinado pela Secretaria Municipal de Educação. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas conveniente. A Contratada deverá fornecer à Secretaria Municipal de Educação e ao Fiscal do Contrato quaisquer elementos que lhes forem solicitados, para fins de controle e fiscalização.



Município de Nova Ramada-RS
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

2.3.2. Após a assinatura do contrato a contratada terá 30 dias para apresentar ao fiscal a lista de passageiros registrada junto ao DAER/RS.

2.3.3. A empresa deverá fornecer ao fiscal do contrato número de contato telefônico para fins de avisos e informações.

2.3.4. Para a renovação semestral do Laudo de vistoria que será fornecido a fiscalização o veículo será avaliado por engenheiro mecânico, na prestação de serviços conforme Artigo 136 do CBT - Código de trânsito Brasileiro, em acordo com a Portaria Detran/RS nº 54, de 22 de fevereiro de 2022, **deverá ser seguido o constante no Decreto Municipal nº 4.406, 19 de agosto de 2022 e eventuais alterações.**

2.3.5. Para a fiscalização do Contrato a empresa deverá apresentar no último dia do mês as Guias de INSS e FGTS quitadas com o relatório da GFIP e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (visando ao cumprimento do disposto no art. 195, § 3º, da Constituição Federal).

2.3.6. A Prestação de serviços de transporte de fretamento estudantil intermunicipal (por km/rodado) para o deslocamento dos alunos de Nova Ramada que frequentam a APAE de Ajuricaba acontecerá nas segundas, terças e quintas-feiras, sendo que o veículo ofertado deverá ter a capacidade mínima de 20 passageiros sendo destinado a fretamento, com idade máxima de 20 anos a contar da data de fabricação, devendo a empresa vencedora atender o seguinte **itinerário:**

2.3.7. LINHA 06 – Transporte APAE – Itinerário:



Município de Nova Ramada-RS
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

TURNO	TRAJETO	KM diários
1.2 Meio-Dia	Partida: Barro Preto – Saída da Escola de Ensino Estadual Doutor Roberto Löw > RS 539 até o entroncamento na Cotripal com Travessão do Gildo , embarca MIKAEL GOMES RODRIGUES(5,6 km) > em direção a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I, embarcam ANA CLÁUDIA DE SOUZA MARTINS e ANDRÉIA RODRIGUES DE MELO (6,6 KM) > Em direção ao Centro Administrativo ao lado do SICREDI, embarcam CRISTINA RIGOLI DA SILVA e MARISTELA PRETTO(8,7 KM) > Em direção ao Barro Preto até Parada do Zanetti, embarca TÂNIA MARIA ZANETTI(9,7 KM)> Parada do Tadinós, embarca JAIRO RODRIGO DE LIMA (10,6 KM) > Em direção ao Formigueiro até Mercado Matter, entra a esquerda em direção a Linha 24 até Parada Do Riewe, embarca LIDIANE RIEWE(17,5 Km) > em direção a Ajuricaba passando pela Linha 24 até Estrada Geral Ajuricaba Nova Ramada> Rua Combatentes da Ramada > Rua Brasília > Rua 20 de Setembro > Rua Henrique Shimaideke > Rua Luiz Fogliatto > APAE, Ajuricaba, RS (32,5 km).	32,5
1.3 Tarde	Retorno: Saída da Associação Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE , Rua Luiz Fogliatto, 15 Centro> em direção à Rua Brasília> Rua Combatentes Da Ramada > estrada geral Ajuricaba-Nova Ramada até a entrada para Linha 24> em direção a Formigueiro passando pela Linha 24> parada do Riwe, desembarca LIDIANE RIEWE (14,5 km)> segue até mercado Matter > estrada Geral Ajuricaba- Nova Ramada até parada do Tadinós, desembarca JAIRO RODRIGO DE LIMA (21,3 Km)> segue até parada do Zanetti, desembarca TÂNIA MARIA ZANETTI (22,2 Km) > em direção ao Centro Administrativo até a Parada do Ginásio, desembarca CRISTINA RIGOLI DA SILVA e MARISTELA PRETTO(23,2 Km)> em direção a Escola Dom Pedro I, desembarcam ANA CLÁUDIA DE SOUZA MARTINS e ANDRÉIA RODRIGUES DE MELO (25,3 Km)> segue pela RS 539 até a Parada da Cotripal, desembarca MIKAEL GOMES RODRIGUES(26,5 km) > retorna até a Escola Dr. Roberto Löw, Bairro Barro Preto(32,5 Km).	32,5

Horário Escolar: Meio-Dia:11h30min-Tarde: 17h00min

Capacidade de passageiros: Veículo com capacidade mínima de 20 passageiros.

Km total diária: 65 km

OBS: Acima o novo itinerário dos serviços, sendo que o itinerário estabelecido pelo Decreto Executivo nº 3.294 de 15 de março de 2018, será revogado tão logo finalize o contrato em vigor.



Município de Nova Ramada-RS
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

3. DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia 10 do mês posterior a efetivação dos serviços, a contar da entrega da nota fiscal (na nota fiscal deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Contrato e a placa do veículo) a nota fiscal deverá ser entregue a Secretária da Fazenda (**sob responsabilidade da Contratada**) para fins da efetivação do pagamento já autorizado pela Secretaria de Educação.

18.2. A empresa contratada somente poderá emitir a Nota Fiscal referente ao mês dos serviços prestados após entregar a Secretaria Municipal de Educação o diário de bordo com a assinatura de um membro da equipe diretiva da APAE para fins de atestar a prestação dos serviços, especificando o número de viagens, conforme o número de dias letivos do mês e a km efetivamente realizada, documento que deverá ser conferido pela Secretaria Municipal de Educação, condição básica para que seja solicitado pagamento junto à Secretaria Municipal da Fazenda. **O documento deverá ser entregue preenchido sobre a responsabilidade da Contratada no último dia útil do mês (Relatório – modelo controle mensal Anexo V).**

OBS: Na sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA/CNPJ:

NOME LEGÍVEL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTATO:

ENDEREÇO COMPLETO:

E-MAIL, TELEFONE, WATS, DADOS BANCÁRIOS:

ASSINATURA:

*** Demais informações necessárias constam no Edital.**



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Procl.
116
de 13

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

SOLICITAÇÃO Nº

018/2024

ASSUNTO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE
TRANSPORTE ESCOLAR, SOB A FORMA DE
FRETAMENTO INTERMUNICIPAL.

1. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fretamento estudantil intermunicipal para transporte dos alunos de Nova Ramada que frequentam a APAE de Ajuricaba, conforme roteiros e km em anexo. O deslocamento acontecerá nas segundas, terças e quintas-feiras, atendendo alunos que frequentam Educação Especial (APAE), conforme km do roteiro e em acordo com as legislações vigentes. O veículo ofertado deverá ter a capacidade mínima de 20 passageiros sendo destinado a fretamento, com idade máxima de 20 anos a contar da data de fabricação.

A contratação faz-se necessária a fim de garantir o direito fundamental de atendimento as necessidades de Transporte Escolar dos alunos, portadores de necessidades especiais, que dependam para serem conduzidos até a APAE de Ajuricaba, bem como o retorno para suas residências sendo que o Município não dispõe de veículos suficientes para executá-lo. Assim, torna-se necessária e imprescindível a contratação de empresa especializada no ramo, para atender essa demanda citada acima, conforme roteiro definido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

O município não possui espaço e nem profissionais suficientes para atendimento de pessoas com necessidades especiais: procedimentos pedagógicos e clínicos (fisioterápicos, neurológicos, psicológicos, terapia ocupacional e assistência social) sendo realizada a contratação da APAE de Ajuricaba para que presta o suporte emocional, pedagógico e clínico.

O decreto Executivo nº 3.294, de 15 de março de 2018, que estabelece o transporte de fretamento será revogado após a assinatura do novo contrato para esta prestação de serviços.

2. Fundamentação da contratação

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar nº 018/2024, de 01 de abril de 2024 (refeito para ajustes 13.03.2024)

3. Descrição da solução como um todo

A solução proposta é a contratação de empresa do ramo de fretamento estudantil intermunicipal para o deslocamento dos alunos da educação especial para atendimento junto a APAE de Ajuricaba.

4. Requisitos da contratação

Os serviços tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

As características, roteiros e km encontram-se na planilha anexa.

O orçamento não necessita ser sigiloso.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fretamento estudantil intermunicipal por km/rodado para o deslocamento dos alunos de Nova Ramada que frequentam a APAE de Ajuricaba conforme roteiros e km em anexo, em acordo com as legislações vigentes. O

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro – Cep: 98758-000

Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: educa@novaramada.rs.gov.br

12. 08.2024



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

deslocamento acontecerá nas segundas, terças e quintas-feiras, atendendo alunos que frequentam Educação Especial (APAE). O veículo ofertado deverá ter a capacidade mínima de 20 passageiros sendo destinado a fretamento, com idade máxima de 20 anos a contar da data de fabricação.

A contratação será realizada por meio da modalidade de Pregão Eletrônico, menor preço por km.

O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários para habilitação:

- **Certidão de Registro no RECEFATUR (Detran/RS)** emitido pelo DAER RS, válido e vigente, comprovando ser a licitante pessoa jurídica legalmente constituída para o exercício de atividade econômica de transporte de pessoas e devidamente cadastrada no CADASTUR/Ministério do Turismo.
- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimentos dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Deverá também ser exigido ainda do licitante;

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

Deverá da empresa classificada em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (ceiscadastro.egu.gov.br) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (portal.datransparencia.gov.br);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br);
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (contas.tcu.gov.br);
- Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa.

A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

3.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 3.1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

3.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 3.2, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

3.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 3.2 desse termo

3.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

3.6. A aplicação das sanções previstas no item 3.2, deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

3.7. Na aplicação da sanção prevista no item 3.2, alínea "b", do presente termo será facultada a defesa



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

3.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 3.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

3.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

3.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

3.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

3.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 3.2 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

É VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO DO SERVIÇO

A CONTRATADA deverá:

Seguir rigorosamente os itinerários, turnos e quilometragem contratada. Os roteiros especificados poderão sofrer alteração nas suas linhas, acrescentando ou suprimindo quilometragem, sendo que estas alterações serão objeto de acordo entre as partes, conforme o caso, tendo em consequência, o aumento ou diminuição do valor de cada linha, inclusive, com modificação de veículo ou criação de novo roteiro. Fica proibido à Contratada a executar percurso que ainda não foi realizado as alterações legais. Sendo assim, só poderá executar após a assinatura do Termo Aditivo.

Os veículos deverão ser do tipo Micro Ônibus/ Vans (capacidade mínima de até 20 pessoas), ter

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro – Cep: 98758-000

Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: educa@novaramada.rs.gov.br

YD R. [assinatura]



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

autorização emitida pelo DETRAN, a qual deve ser afixada na parte interna, em local visível, com inscrição da lotação permitida (sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante). O veículo quando estiver realizando as viagens contratadas pelo Município somente deverá transportar, única e exclusivamente alunos ou acompanhantes autorizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

Para apuração dos preços a serem ofertados por km rodado o município disponibilizara planilha de custos para referência do preço máximo, deverá o Licitante levar em consideração, que o transporte de estudantes abrangerá todas as localidades descritas no anexo, independente da distância ou da qualidade das estradas, vedada, após a celebração do termo contratual qualquer reclamação incidente destes fatores, que objetivem solicitação de revisão dos mesmos. As despesas com combustíveis, motorista, taxas e vistorias, manutenção dos veículos (pneus, lubrificantes, limpeza, câmaras, serviço de freio, alinhamento, balanceamento, rolamento câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos e outros itens necessários a manutenção) serão de responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.

O motorista que irá dirigir o veículo deverá estar com sua Carteira de Habilitação, devidamente, dentro da validade e adequadas para a categoria do veículo que irão dirigir.

O veículo que será utilizado para a prestação do serviço licitado, deverá atender obrigatoriamente todas as especificações constantes nas normas expedidas pelo CONTRAN/DENATRAN/DETRAN RS, além de serem registrados como veículos de passageiros e será inspecionado pelo Município, vedada qualquer justificativa em contrário, visando a verificação das conformidades dos equipamentos obrigatórios de segurança, mediante o que estabelece a legislação, além da verificação da parte mecânica, elétrica, chaparia, pintura e cronotacógrafo.

O veículo somente poderá trafegar na velocidade máxima permitida para a rodovia ou estrada (asfaltada ou não), conforme estabelece a legislação vigente.

Em caso de quebra, avaria, incidente, acidente do veículo e/ou motorista, ou qualquer outro motivo que contribua para a sua ausência, visando realizar o transporte dos alunos em roteiro, previamente especificado, ficará a contratada, obrigado a substituir imediatamente, a tempo de os estudantes ainda chegarem naquele turno, por veículo com as mesmas características do veículo original, avisar e remeter a Secretaria Municipal de Educação, todos os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado no transporte de estudantes e ou, motorista se for o caso.

O Município não se responsabilizará, por quaisquer danos materiais ou pessoais, para com os veículos e funcionários da empresa a ser contratada, bem como, a terceiros, em consequência de acidentes e incidentes de trânsito, assaltos, roubos, ou quaisquer outros fatos aqui não previstos que causem os referidos danos.

O veículo locado poderá trafegar livremente, nos dias que não estará prestando serviços ao Município, sendo que, em caso de necessidade da utilização dos mesmos, para o objeto contratado por esta Administração, a empresa será avisada, com antecedência de 24 horas, antes da data solicitada.

A empresa vencedora deverá atender a todas as despesas decorrentes de assistência médica do seu



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

pessoal, seguro contra acidente no trabalho e demais exigências das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, bem como, impostos, taxas, seguro dos veículos e quaisquer outros encargos fiscais, de ordem federal, estadual ou municipal, vigentes.

O veículo deverá estar equipado com tacógrafo, cintos de segurança em todos os assentos, extintores de incêndios, dispositivos para visão indireta, dianteira e traseira, tipo retrovisores, conforme o CONTRAN, ou outros dispositivos que mostrem o campo de visão indireta do condutor, bem como outros equipamentos exigidos legalmente. A contratação, bem como a prestação dos serviços, deverá obedecer ao que estabelece a Resolução Regimental de Transporte de Fretamento e Turismo Intermunicipal do Estado do Rio Grande do Sul nº 7727/2022 e demais legislações pertinentes.

O veículo (Van/ Microônibus) devem possuir o seguro obrigatório de transportador rodoviário de passageiros com instituição oficial conforme valores e normas do DAER.

Durante todo o período de contratação, a empresa CONTRATADA deverá manter atualizada sua documentação e seus cadastros junto ao DAER/RS e ao Ministério do Turismo (Cadastur).

A contratada deve tratar com cortesia os alunos e o agente de fiscalização da contratante e manter o veículo em perfeitas condições de higienização e limpeza.

O condutor deverá realizar os serviços com hombridade, profissionalismo e com trajes adequados.

PARA A ASSINATURA DO CONTRATO:

Como requisitos indispensáveis da assinatura do contrato, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos a fiscalização do contrato junto a Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e ao Setor de Contratos:

DOS VEÍCULOS:

- Certidão de Registro no RECEFATUR (Detran/RS);
- Certificado do CADASTUR/Ministério do Turismo;
- Laudo de vistoria do veículo elaborado por engenheiro mecânico (prestação de serviços conforme Artigo 136 do CBT - Código de trânsito Brasileiro, em acordo com a Portaria Detran/RS nº 54, de 22 de fevereiro de 2022;
- Comprovante do seguro obrigatório DPVAT;
- Certificado de propriedade do veículo a ser utilizado no serviço ou, no caso de veículo locado, contrato de locação registrado em cartório;
- Certificado de registro e licenciamento do veículo (CRLV) a ser utilizado no serviço Art 124, 131 vigente;
- Autorização para transporte emitida pelo DETRAN;
- Certificado do Cronotacógrafo de verificação pelo INMETRO;
- Comprovante de pagamento IPVA-Resoluções CONTRAN 13/98, I e 061/98 ou apresentação de documento de isenção (quando o veículo for exclusivo para transporte escolar) conforme § 11 do artigo 4º do RPIVA e Art 136 do CTB lei nº 9.503/97;

DO CONDUTOR DO VEÍCULO:

- Comprovação de ter idade superior a vinte e um anos- CTB. Art 138, I;

10
R. [assinatura]



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

- Apresentação de comprovação de realização de curso especializado de condução de transporte coletivo, nos termos do CONTRAN- CTB. Art 138, V e 145, IV;
- Apresentação de comprovação de não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses, expedida pelo DETRAN;
- Folha corrida de antecedentes criminais;
- Apresentar prova de vínculo dos motoristas com a empresa licitante. No caso de empregado – anexar cópia autenticada da CTPS; no caso de sócio – anexar cópia do Contrato Social e alterações; no caso de contratado – anexar cópia autenticada do Contrato, o qual deverá estar devidamente registrado.
- Carteira Nacional de Habilitação, categoria D e ou E- CTB. Art 138, II e 143, V;

FORMA DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATADO:

A fiscalização dos serviços prestados pela contratada será realizada pelo fiscal de contrato que será determinado pela Secretaria Municipal de Educação. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. A Contratada deverá fornecer à Secretaria Municipal de Educação e ao Fiscal do Contrato quaisquer elementos que lhes forem solicitados, para fins de controle e fiscalização.

Após a assinatura do contrato a contratada terá 30 dias para apresentar ao fiscal a lista de passageiros registrada junto ao DAER/RS.

A empresa deverá fornecer ao fiscal do contrato número de contato telefônico do motorista para fins de avisos e informações.

Para a renovação semestral do Laudo de vistoria que será fornecido a fiscalização o veículo será avaliado por engenheiro mecânico, na prestação de serviços conforme Artigo 136 do CBT - Código de trânsito Brasileiro, em acordo com a Portaria Detran/RS nº 54, de 22 de fevereiro de 2022, **deverá ser seguido o constante no Decreto Municipal nº 4.406, 19 de agosto de 2022 e eventuais alterações.**

Para a fiscalização do Contrato a empresa deverá apresentar no último dia do mês as Guias de INSS e FGTS quitadas com o relatório da GFIP e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (visando ao cumprimento do disposto no art. 195, § 3º, da Constituição Federal).

DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Os preços poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação dos custos, mediante comprovação com documento hábil demonstrando o efetivo aumento e/ou diminuição no valor contratado, hipótese em que haverá a recomposição do preço, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da contratação. Condições para concessão de reequilíbrio financeiro/econômico. Atenção: eventual pedido de reequilíbrio financeiro/econômico, além de vir acompanhado por justificativa plausível, protocolado, deve ter anexado os seguintes documentos mínimos:

- Nota fiscal de aquisição/serviço, comprovando o preço de compra na época do certame;

Handwritten signature and initials.



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

- Nota fiscal aquisição/serviço, atual ao pedido de reequilíbrio;
- Tabela do custo do KM rodado vigente devidamente assinada;
- Tabela de custo do Km rodado atualizada ao pedido do reequilíbrio devidamente assinada;
- Demais comprovantes que comprovem o aumento de preço, se for o caso.

Obs: perspectivas de aumento, baseadas em notícias gerais, não são hábeis a comprovar a impossibilidade financeira para a execução do contrato. **É obrigação do contratado requerer reequilíbrio mesmo quando Negativo** (quando reduz o preço). O não cumprimento desta obrigação poderá gerar sanção por descumprimento do contrato.

DO REAJUSTE

Transcorrido o período de 12 (doze) meses, a contar do mês do orçamento estimado de preços (constante neste Termo de Referência) a CONTRATADA adquire o direito a ter seus preços reajustados anualmente, através do índice constante no código tributário municipal ou outro que vier a substituí-lo, correspondente à variação no período.

REPACTUAÇÃO

Repactuação no caso de regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou de predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos, após o período mínimo de 1 (um) ano, da celebração do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada para os custos de mão de obra.

A documentação referente ao reequilíbrio, reajuste ou repactuação deverá ser encaminhada através de protocolo para o Setor de Gestão de Contratos que posteriormente encaminhará ao fiscal e a Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

Por decisão dos Gestores Públicos será dado o direito ao Prestador de serviços após o prazo de cinco anos de renovação de contrato o direito de requer o acerto do item veículo da tabela de composição do preço do km rodado, nos casos em que houver a troca de veículo.

5. Modelo de execução do objeto

Prestação de serviços de fretamento estudantil intermunicipal por km/rodado para o deslocamento dos alunos de Nova Ramada que frequentam a APAE de Ajuricaba conforme roteiros e km em anexo, em acordo com as legislações vigentes. O deslocamento acontecerá nas segundas, terças e quintas-feiras, atendendo alunos que frequentam Educação Especial (APAE). O veículo ofertado deverá ter a capacidade mínima de 20 passageiros sendo destinado a fretamento, com idade máxima de 20 anos a contar da data de fabricação. Com o seguinte itinerário:

LINHA 06 – Transporte APAE

[Handwritten signatures and initials]



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

TURNO	TRAJETO	KM diários
1.2 Meio-Dia	Partida: Barro Preto – Saída da Escola de Ensino Estadual Doutor Roberto Löw > RS 539 até o entroncamento na Cotripal com Travessão do Gildo, embarca MIKAEL GOMES RODRIGUES(5,6 km) > em direção a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I, embarcam ANA CLÁUDIA DE SOUZA MARTINS e ANDRÉIA RODRIGUES DE MELO (6,6 KM) > Em direção ao Centro Administrativo ao lado do SICREDI, embarcam CRISTINA RIGOLI DA SILVA e MARISTELA PRETTO(8,7 KM) > Em direção ao Barro Preto até Parada do Zanetti, embarca TÂNIA MARIA ZANETTI(9,7 KM)> Parada do Tadinós, embarca JAIRO RODRIGO DE LIMA (10,6 KM) > Em direção ao Formigueiro até Mercado Matter, entra a esquerda em direção a Linha 24 até Parada Do Riewe, embarca LIDIANE RIEWE(17,5 Km) > em direção a Ajuricaba passando pela Linha 24 até Estrada Geral Ajuricaba Nova Ramada> Rua Combatentes da Ramada > Rua Brasília > Rua 20 de Setembro > Rua Henrique Shimaideke > Rua Luiz Fogliatto > APAE, Ajuricaba, RS (32,5 km).	32,5
1.3 Tarde	Retorno: Saída da Associação Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE , Rua Luiz Fogliatto, 15 Centro> em direção à Rua Brasília> Rua Combatentes Da Ramada > estrada geral Ajuricaba-Nova Ramada até a entrada para Linha 24> em direção a Formigueiro passando pela Linha 24> parada do Riwe, desembarca LIDIANE RIEWE (14,5 km)> segue até mercado Matter > estrada Geral Ajuricaba- Nova Ramada até parada do Tadinós, desembarca JAIRO RODRIGO DE LIMA (21,3 Km)> segue até parada do Zanetti, desembarca TÂNIA MARIA ZANETTI (22,2 Km) > em direção ao Centro Administrativo até a Parada do Ginásio, desembarca CRISTINA RIGOLI DA SILVA e MARISTELA PRETTO(23,2 Km)> em direção a Escola Dom Pedro I, desembarcam ANA CLÁUDIA DE SOUZA MARTINS e ANDRÉIA RODRIGUES DE MELO (25,3 Km)> segue pela RS 539 até a Parada da Cotripal, desembarca MIKAEL GOMES RODRIGUES(26,5 km) > retorna até a Escola Dr. Roberto Löw, Bairro Barro Preto(32,5 Km).	32,5
TOTAL GERAL KM		65

Horário Escolar: Meio-Dia:11h30min-Tarde: 17h00min

Capacidade de passageiros: Veículo com capacidade mínima de 20 passageiros.

Km total diária: 65 km

6. Modelo de Gestão do Contrato

Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de Contrato Administrativo, por tratar-se de serviços. A gestão será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do objeto, prazos e outros, se dará pela servidora Luciane Thomasio, cargo Agente Administrativo Auxiliar a ser designada através de portaria.

7. Critérios de medição e de pagamento



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia 10 do mês posterior a efetivação dos serviços, a contar da entrega da nota fiscal (na nota fiscal deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Contrato e a placa do veículo) a nota fiscal deverá ser entregue a Secretária da Fazenda (**sob responsabilidade da Contratada**) para fins da efetivação do pagamento já autorizado pela Secretaria de Educação.

A empresa contratada somente poderá emitir a Nota Fiscal referente ao mês dos serviços prestados após entregar a Secretaria Municipal de Educação o diário de bordo com a assinatura de um membro da equipe diretiva da APAE para fins de atestar a prestação dos serviços, especificando o número de viagens, conforme o número de dias letivos do mês e a km efetivamente realizada, documento que deverá ser conferido pela Secretaria Municipal de Educação, condição básica para que seja solicitado pagamento junto à Secretaria Municipal da Fazenda. **O documento deverá ser entregue preenchido sobre a responsabilidade da Contratada no último dia útil do mês (Relatório – modelo controle mensal em anexo).**

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço

Conforme fornecedores de mercado do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa do ramo de atividade compatível com o objeto da contratação. Desta forma segue como indicação de potenciais fornecedores as empresas:

- 1- A.C.M. Transportes Turísticos LTDA – CNPJ: 73.500.696/0001-99
- 2- FM Turismo Ltda – ME – CNPJ: 27.337.522/001-30
- 3- Lider Transportes Rodoviários Ltda. – CNPJ: 06.814.353/0001-01

9. Estimativa do valor da contratação

Conforme tabela modelo de custo elaborada pela Empresa ***Mauss Consultoria em Gestão Ltda*** - Contrato Administrativo nº 26/2022 e aditivos (contratada para essa finalidade) para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Termo de referência, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada e com ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação.

A estimativa da contratação é 6.597 km para o restante do ano de 2024 no valor de R\$ 13,19 Km rodado (apurada pela tabela modelo em anexo) sendo a contratação estimada no valor de R\$ 87.014,43 e para o restante da contratação pelo período de contrato será de 1.466 km no valor da contratação de R\$ 19.336,5, podendo o contrato ser aditado pelo período até o limite MÁXIMO de 120 meses de acordo com a legislação vigente.

Declarado pela Empresa ***Mauss Consultoria em Gestão Ltda*** - Contrato Administrativo nº 26/2022 e aditivos, responsável técnico que elaborou a planilha que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do Artigo 23 da Lei Federal 14.133/21.

10. Adequação orçamentária

Para a referida contratação as despesas deverão correr na seguinte Unidade Orçamentária:
UNIDADE 06.04 – UNIDADES SUBORDINADAS.
2.088 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE DO ESPECIAL.
FONTE 1500

11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?

(X) NÃO.

[Handwritten signature]



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

☐ SIM. QUAL?

Nova Ramada, 01 de abril de 2024. TR Refeito 13.03.2024.

Taciane Denise Uhde Dalsasso

Taciane Denise Uhde Dalsasso
Responsável pela elaboração
Agente Administrativo Auxiliar

Em acordo:

Nova Ramada, 01 de abril de 2024.

Volnir Rubert

Volnir Rubert

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Parecer do Responsável financeiro:

☒ Há recursos financeiros disponíveis

☐ A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual

☐ Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de _____

Nova Ramada, 01 de abril de 2024.

Volnir Rubert

Volnir Rubert

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO E TURISMO
ANEXO ITINERÁRIO
LINHA 06 – Transporte APAE

TURNO	TRAJETO	KM diários
1.2 Meio-Dia	Partida: Barro Preto – Saída da Escola de Ensino Estadual Doutor Roberto Löw > RS 539 até o entroncamento na Cotripal com Travessão do Gildo, embarca MIKAEL GOMES RODRIGUES(5,6 km) > em direção a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I, embarcam ANA CLÁUDIA DE SOUZA MARTINS e ANDRÉIA RODRIGUES DE MELO (6,6 KM) > Em direção ao Centro Administrativo ao lado do SICREDI, embarcam CRISTINA RIGOLI DA SILVA e MARISTELA PRETTO(8,7 KM) > Em direção ao Barro Preto até Parada do Zanetti, embarca TÂNIA MARIA ZANETTI(9,7 KM)> Parada do Tadinós, embarca JAIRO RODRIGO DE LIMA (10,6 KM) > Em direção ao Formigueiro até Mercado Matter, entra a esquerda em direção a Linha 24 até Parada Do Riewe, embarca LIDIANE RIEWE(17,5 Km) > em direção a Ajuricaba passando pela Linha 24 até Estrada Geral Ajuricaba Nova Ramada> Rua Combatentes da Ramada > Rua Brasília > Rua 20 de Setembro > Rua Henrique Shimaideke > Rua Luiz Fogliato > APAE, Ajuricaba, RS (32,5 km).	32,5
1.3 Tarde	Retorno: Saída da Associação Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE , Rua Luiz Fogliatto, 15 Centro> em direção à Rua Brasília> Rua Combatentes Da Ramada > estrada geral Ajuricaba-Nova Ramada até a entrada para Linha 24> em direção a Formigueiro passando pela Linha 24> parada do Riwe, desembarca LIDIANE RIEWE (14,5 km)> segue até mercado Matter > estrada Geral Ajuricaba- Nova Ramada até parada do Tadinós, desembarca JAIRO RODRIGO DE LIMA (21,3 Km)> segue até parada do Zanetti, desembarca TÂNIA MARIA ZANETTI (22,2 Km) > em direção ao Centro Administrativo até a Parada do Ginásio, desembarca CRISTINA RIGOLI DA SILVA e MARISTELA PRETTO(23,2 Km)> em direção a Escola Dom Pedro I, desembarcam ANA CLÁUDIA DE SOUZA MARTINS e ANDRÉIA RODRIGUES DE MELO (25,3 Km)> segue pela RS 539 até a Parada da Cotripal, desembarca MIKAEL GOMES RODRIGUES(26,5 km) > retorna até a Escola Dr. Roberto Löw, Bairro Barro Preto(32,5 Km).	32,5
TOTAL GERAL KM		65

Horário Escolar:

Meio-Dia: 11h30min

Tarde: 17h00min

Capacidade de passageiros: Veículo com capacidade mínima de 20 passageiros.

Km total diária: 65 km

Educação Especial: 100%

12.



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

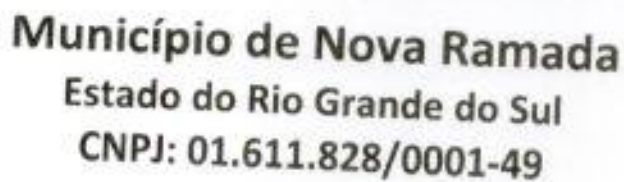
CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO E TURISMO

ANEXO:

MAPA PERCURSO:





What is the cost of the goods? The selling price is \$100,000.

Item	Unit	Quantity	Unit Price	Total Price
1. Labor	hr	100	1.00	100.00
2. Material	kg	500	0.50	250.00
3. Equipment	hr	50	2.00	100.00
4. Fuel	liters	100	0.20	20.00
5. Transport	km	100	0.10	10.00
6. Insurance	%	100	0.05	5.00
7. Profit	%	100	0.10	10.00
Total				595.00

Zusammenfassung der Vermögensgegenstände		Zusammenfassung der Verbindlichkeiten	
Vermögensgegenstände	2000	Verbindlichkeiten	2000
Grundstücke	1000	Kapital	1000
Bauwerke	2000	Reserve	2000
Forderungen	3000	Verbindlichkeiten	3000
Vorräte	4000	Bankkredit	4000
Geld	5000	Verbindlichkeiten	5000
Gesamt	10000	Gesamt	10000

4.1		Berkas Pendukung PBT 1			Peringkat	Skor
1	1.1	1.1.1	1.1.1.1	1.1.1.1	1.1.1.1	1.1.1.1
2	1.2	1.2.1	1.2.1.1	1.2.1.1	1.2.1.1	1.2.1.1
3	1.3	1.3.1	1.3.1.1	1.3.1.1	1.3.1.1	1.3.1.1
4	1.4	1.4.1	1.4.1.1	1.4.1.1	1.4.1.1	1.4.1.1
5	1.5	1.5.1	1.5.1.1	1.5.1.1	1.5.1.1	1.5.1.1
6	1.6	1.6.1	1.6.1.1	1.6.1.1	1.6.1.1	1.6.1.1
7	1.7	1.7.1	1.7.1.1	1.7.1.1	1.7.1.1	1.7.1.1
8	1.8	1.8.1	1.8.1.1	1.8.1.1	1.8.1.1	1.8.1.1
9	1.9	1.9.1	1.9.1.1	1.9.1.1	1.9.1.1	1.9.1.1
10	1.10	1.10.1	1.10.1.1	1.10.1.1	1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.1.1	1.10.1.1
					1.10.	

© 2004 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 103–110

1. *Chlorophyll a* (chl *a*) (mg g⁻¹ dry wt) = $\frac{12.7}{1000} \times \frac{\text{Abs}_{665} - 1.82 \text{ Abs}_{646}}{2.79 - 2.12 \text{ Abs}_{646}}$
 2. *Chlorophyll b* (chl *b*) (mg g⁻¹ dry wt) = $\frac{22.9}{1000} \times \frac{\text{Abs}_{646} - 0.21 \text{ Abs}_{665}}{2.12 - 0.21 \text{ Abs}_{665}}$
 3. *Chlorophyll a + b* (chl *a+b*) (mg g⁻¹ dry wt) = chl *a* + chl *b*
 4. *Chlorophyll index* = $\frac{\text{Abs}_{665} + \text{Abs}_{646}}{2}$
 5. *Carotenoids* (mg g⁻¹ dry wt) = $\frac{30}{1000} \times \frac{\text{Abs}_{440} - 0.21 \text{ Abs}_{646}}{2.12 - 0.21 \text{ Abs}_{665}}$
 6. *Chlorophyll a* (chl *a*) (mg g⁻¹ dry wt) = $\frac{12.7}{1000} \times \frac{\text{Abs}_{665} - 1.82 \text{ Abs}_{646}}{2.79 - 2.12 \text{ Abs}_{646}}$
 7. *Chlorophyll b* (chl *b*) (mg g⁻¹ dry wt) = $\frac{22.9}{1000} \times \frac{\text{Abs}_{646} - 0.21 \text{ Abs}_{665}}{2.12 - 0.21 \text{ Abs}_{665}}$
 8. *Chlorophyll a + b* (chl *a+b*) (mg g⁻¹ dry wt) = chl *a* + chl *b*
 9. *Chlorophyll index* = $\frac{\text{Abs}_{665} + \text{Abs}_{646}}{2}$
 10. *Carotenoids* (mg g⁻¹ dry wt) = $\frac{30}{1000} \times \frac{\text{Abs}_{440} - 0.21 \text{ Abs}_{646}}{2.12 - 0.21 \text{ Abs}_{665}}$
 11. *Chlorophyll a* (chl *a*) (mg g⁻¹ dry wt) = $\frac{12.7}{1000} \times \frac{\text{Abs}_{665} - 1.82 \text{ Abs}_{646}}{2.79 - 2.12 \text{ Abs}_{646}}$
 12. *Chlorophyll b* (chl *b*) (mg g⁻¹ dry wt) = $\frac{22.9}{1000} \times \frac{\text{Abs}_{646} - 0.21 \text{ Abs}_{665}}{2.12 - 0.21 \text{ Abs}_{665}}$
 13. *Chlorophyll a + b* (chl *a+b*) (mg g⁻¹ dry wt) = chl *a* + chl *b*
 14. *Chlorophyll index* = $\frac{\text{Abs}_{665} + \text{Abs}_{646}}{2}$
 15. *Carotenoids* (mg g⁻¹ dry wt) = $\frac{30}{1000} \times \frac{\text{Abs}_{440} - 0.21 \text{ Abs}_{646}}{2.12 - 0.21 \text{ Abs}_{665}}$

© 2000 Blackwell Science Ltd

3.4.11. *Impressione* (Impressio) – a forma de manifestare a căreia, în procesul psihic, este subiectul unei acțiuni psihice, în virtutea căreia este posibilă realizarea unei acțiuni psihice. Impresia este o formă de manifestare a căreia, în procesul psihic, este subiectul unei acțiuni psihice, în virtutea căreia este posibilă realizarea unei acțiuni psihice. Impresia este o formă de manifestare a căreia, în procesul psihic, este subiectul unei acțiuni psihice, în virtutea căreia este posibilă realizarea unei acțiuni psihice.

✓
✓



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO E TURISMO
ANEXO MODELO CONTROLE MENSAL
LINHA 06 – Transporte APAE

TURNO	TRAJETO	KM diários
1.2 Meio-Dia	Partida: Barro Preto – Saída da Escola de Ensino Estadual Doutor Roberto Löw > RS 539 até o entroncamento na Cotripal com Travessão do Gildo, embarca MIKAEL GOMES RODRIGUES(5,6 km) > em direção a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I, embarcam ANA CLÁUDIA DE SOUZA MARTINS e ANDRÉIA RODRIGUES DE MELO (6,6 KM) > Em direção ao Centro Administrativo ao lado do SICREDI, embarcam CRISTINA RIGOLI DA SILVA e MARISTELA PRETTO(8,7 KM) > Em direção ao Barro Preto até Parada do Zanetti, embarca TÂNIA MARIA ZANETTI(9,7 KM)> Parada do Tadinós, embarca JAIRO RODRIGO DE LIMA (10,6 KM) > Em direção ao Formigueiro até Mercado Matter, entra a esquerda em direção a Linha 24 até Parada Do Riewe, embarca LIDIANE RIEWE(17,5 Km) > em direção a Ajuricaba passando pela Linha 24 até Estrada Geral Ajuricaba Nova Ramada> Rua Combatentes da Ramada > Rua Brasília > Rua 20 de Setembro > Rua Henrique Shimaideke > Rua Luiz Fogliatto > APAE, Ajuricaba, RS (32,5 km).	32,5
1.3 Tarde	Retorno: Saída da Associação Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Rua Luiz Fogliatto, 15 Centro> em direção à Rua Brasília> Rua Combatentes Da Ramada > estrada geral Ajuricaba-Nova Ramada até a entrada para Linha 24> em direção a Formigueiro passando pela Linha 24> parada do Riwe, desembarca LIDIANE RIEWE (14,5 km)> segue até mercado Matter > estrada Geral Ajuricaba- Nova Ramada até parada do Tadinós, desembarca JAIRO RODRIGO DE LIMA (21,3 Km)> segue até parada do Zanetti, desembarca TÂNIA MARIA ZANETTI (22,2 Km) > em direção ao Centro Administrativo até a Parada do Ginásio, desembarca CRISTINA RIGOLI DA SILVA e MARISTELA PRETTO(23,2 Km)> em direção a Escola Dom Pedro I, desembarcam ANA CLÁUDIA DE SOUZA MARTINS e ANDRÉIA RODRIGUES DE MELO (25,3 Km)> segue pela RS 539 até a Parada da Cotripal, desembarca MIKAEL GOMES RODRIGUES(26,5 km) > retorna até a Escola Dr. Roberto Löw, Bairro Barro Preto(32,5 Km).	32,5
TOTAL GERAL KM		65

Dia	Dia da Semana	Manhã	Meio Dia	Tarde	Observação
15/02/24	quinta-feira				
16/02/24	sexta-feira				
17/02/24	SÁBADO				
18/02/24	DOMINGO				
19/02/24	Segunda				
20/02/24	Terça				
21/02/24	Quarta				
22/02/24	quinta-feira				
23/02/24	sexta-feira				
	SABADO				
	DOMINGO				
26/02/24	Segunda				
27/02/24	Terça				
28/02/24	Quarta				
29/02/24	quinta-feira				

Assinatura Motorista:

Assinatura equipe diretiva:

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro – Cep: 98758-000
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: educa@novaramada.rs.gov.br

12
10

ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA ETP Nº 018/2024- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA ETP Nº 018/2024- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

06.04 - unidades subordinadas		2.088 - Manutenção do Transporte Escolar do Especial		CÓDIGO DA DESPESA:		2321	
PROJETO / ATIVIDADE:		Fonte de Recursos:		Detalhamento da Fonte:			
SERV.TERC.PESSOA JURIDICA		1500		serv.tec. Profissionais Transporte escolar			
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VL.R.MÁX.ITEM	VL.R.TOTAL	CÓD.ALMOX.
9.9.5	1	6.597,00	km	Prestação de serviços de fretamento estudantil intermunicipal por km/rodado para o deslocamento dos alunos de Nova Ramada que frequentam a APAE de Ajuricaba conforme roteiros e km em anexo, em acordo com as legislações vigentes. O deslocamento acontecerá nas segundas, terças e quintas-feiras, atendendo alunos que frequentam Educação Especial (APAE). O veículo ofertado deverá ter a capacidade mínima de 20 passageiros sendo destinado a fretamento, com idade máxima de 20 anos a contar da data de fabricação. Horário Escolar: Meio-Dia:1h30min- retorno Tarde: 17h00min, contratação para o restante de 2024.			
06.04 subordinadas		2.088 - Manutenção do Transporte Escolar do Especial		CÓDIGO DA DESPESA:		2321	
PROJETO / ATIVIDADE:		Fonte de Recursos:		Detalhamento da Fonte:			
SERV.TERC.PESSOA JURIDICA		1500		serv.tec. Profissionais Transporte escolar			
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VL.R.MÁX.ITEM	VL.R.TOTAL	CÓD.ALMOX.
9.9.5	1	1.466	km	Prestação de serviços de fretamento estudantil intermunicipal por km/rodado para o deslocamento dos alunos de Nova Ramada que frequentam a APAE de Ajuricaba conforme roteiros e km em anexo, em acordo com as legislações vigentes. O deslocamento acontecerá nas segundas, terças e quintas-feiras, atendendo alunos que frequentam Educação Especial (APAE). O veículo ofertado deverá ter a capacidade mínima de 20 passageiros sendo destinado a fretamento, com idade máxima de 20 anos a contar da data de fabricação. Horário Escolar:Meio-Dia:1h30min- retorno Tarde: 17h00min, termino do contrato de 1 ano.	R\$ 13,19	R\$ 19.336,54	

Flaviano Roberto

Taciane Denise
Responsável pela Elaboração
Taciane Denise Uñde Dalsasso

Volmir Rubert
Secretário
Volmir Rubert

Empenhos

01/04/24

Almoxarifado

MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MEMORANDO INTERNO Nº 102/2024

DATA: 05/04/2024


DE: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

PARA: Secretaria Municipal de Administração/ Setor de Licitações

ASSUNTO: Alterações no ETP e TR nº 18/2024.

Solicito através deste, a exclusão da redação das informações constantes no ETP e TR nº 18/2024, constante no item **3 - Descrição dos requisitos da contratação**, a exclusão da seguinte redação: *" Por decisão dos Gestores Públicos será dado o direito ao Prestador de serviços após o prazo de cinco anos de renovação de contrato o direito de requer o acerto do item veículo da tabela de composição do preço do km rodado, nos casos em que houver a troca de veículo".*

Justificativa: A exclusão da redação é necessária mediante a resposta do Parecer Jurídico nº 007/2024 solicitado pela Secretaria através do MI 88/2024, o qual não vislumbra motivação para o estabelecimento do prazo referido. Em anexo o parecer.


Volnir Rubert

Sec. Mun. de Educação, Cultura, Desporto e Turismo


GABINETE DO PREFEITO

Em acordo

Em: ____/04/2024



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
Assessoria Jurídica

PARECER JURÍDICO Nº 007/2024

De: Secretaria Municipal de Administração/Assessoria Jurídica de Contratos e Licitações
Para: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Requer a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, no Memorando Interno nº 88/2024, por meio do Secretário Municipal parecer jurídico referente alteração de item da planilha de custos do transporte escolar na troca de veículo.

Pontua-se de início que a planilha de custos não é fixa podendo variar conforme a ocorrência de alterações que forem consideradas necessárias.

Considerando a complexidade da temática solicitou-se subsídio do órgão externo de consultoria Borba, Pause & Perin para responder a solicitação feita pela secretaria.

Com relação a solicitação de constar no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência um prazo de 5 anos de contrato para caso a empresa venha a renovar sua frota haver alteração na tabela da planilha cabe referência a resposta do órgão de consultoria:

...pois a troca do veículo, ao nosso ver, ocorrerá quando houver um fato superveniente à assinatura do contrato, por exemplo, ocorrência de um acidente que dê perda total do veículo, a troca em virtude de ter atingido o prazo de vida útil estipulado no edital, entre outros fatos que, porventura, possam ocorrer. Ou seja, não se verifica razão de delimitar a alteração após 05 (cinco) anos, porquanto pode ocorrer a necessidade de alteração do veículo antes do referido prazo.

Ainda nesse sentido,

... não se verifica razão para delimitar o prazo de 5 (cinco) anos para alteração do veículo, pois tal necessidade irá ocorrer a depender de fatos supervenientes à assinatura do contrato, como exemplo, a troca de veículo que atinge o prazo máximo de vida útil determinado no edital.

Por fim conclui que:

a alteração do veículo, em regra, vai resultar na modificação do valor pago pelo quilômetro rodado, devendo verificar com o responsável pela elaboração da planilha, qual o indexador que será alterado e, com isso, a planilha vai recalcular o valor final.

Nesse sentido, conclui-se com o subsídio da consultoria externa que apesar da administração determinar as contratações de acordo com suas necessidades, não se vislumbra motivação para o estabelecimento do prazo referido.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Nova Ramada/RS, 04 de abril de 2024.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 9 9975 7098 Administração - CNPJ: 01.611.828/0001-49
Site: www.novaramada.rs.gov.br e-mail: juridicacontratoselicitacoes@novaramada.rs.gov.br

TRD

0



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
Assessoria Jurídica

Tatiana Raquel Dallabrida
Tatiana Raquel Dallabrida
Assessora Jurídica de Contratos e Licitações
OAB/RS 91.391